

ATRIUM INVESTIMENTOS - SFC, SA

RELATÓRIO E CONTAS 2011

ATRIUM Investimentos - SFC, S.A.

Sede: Avenida da República, 35 - 2.º andar, 1050-186 Lisboa

Capital Social: Euro 3.742.109

Pessoa Colectiva n.º 504 312 189

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 504 312 189

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ao longo de 2011, as taxas de juro de baixo risco continuaram a níveis historicamente baixos. No final do ano, a Euribor de 3 meses situava-se em 1,36%, enquanto que as taxas de rendibilidade até à maturidade (“yields to maturity”) das obrigações a 10 anos dos governos alemão e americano se situavam, respectivamente, em 1,83% e 1,86%. No ano, o índice de obrigações governamentais a 10 anos em euros subiu 2,6%, e o índice de obrigações de empresas *iBOXX Euro Corporate* apreciou-se 1,7%. A generalidade das restantes classes de activos registou rendibilidades negativas. No que respeita a acções, o índice *MSCI World* caiu 7,6%, tendo o índice de acções europeias Eurostoxx 50 perdido 17,0%, reflectindo o pior desempenho da zona europeia, e as acções portuguesas caído 27,6%.

Este enquadramento condicionou naturalmente as carteiras de clientes geridas pela sociedade. Pela primeira vez desde que, há 10 anos, a sociedade iniciou a gestão de carteiras, as rendibilidades das carteiras de clientes particulares foram negativas. A carteira do perfil *Estratégico*, gerida com uma preocupação de preservação de capital e com baixos níveis de volatilidade, teve uma rendibilidade negativa de 0.4%. A carteira do perfil *Dinâmico*, que partilha da mesma filosofia de investimento, embora com características mais oportunísticas e com maior volatilidade, registou uma quebra de 4.5%. Por seu turno, o perfil *Acções* teve uma rendibilidade de -4,9%, condicionado pela evolução dos mercados de acções

O valor dos activos sob gestão da sociedade manteve-se estável ao longo do ano, apresentando uma quebra ligeira para 897 milhões de euros.

A sociedade é *investment manager* do Atrium Portfolio SICAV, um fundo de investimento sob forma societária de capital variável (*société d’investissement à capital variable*), do tipo UCITS IV, domiciliado no Luxemburgo. A estratégia de gestão de cada um dos três sub-fundos do SICAV - Quadrant, Sextant e Octant – replica a dos perfis de gestão discricionária da Atrium, respectivamente, o Portfolio *Estratégico*, o Portfolio *Dinâmico* e o Portfolio *Acções*. Constituído em Setembro de 2011, no final do ano o SICAV tinha um património global de 140 milhões de euros.

Entre os mandatos institucionais, contam-se também dois fundos de fundos imobiliários que, em conjunto, têm um capital subscrito de cerca de 235 milhões de euros. Entre os investidores nestes fundos encontram-se alguns dos principais investidores institucionais da nossa praça. A sociedade gere ainda as carteiras de quatro fundos de investimento não harmonizados, que prosseguem diferentes estratégias, e cujos activos líquidos globais ascendiam a cerca de 136 milhões de euros no final do ano.

Resultados de exploração

O produto bancário atingiu cerca de 9,6 milhões de euros, representando uma queda face ao ano anterior, determinada por uma redução dos rendimentos de serviços e comissões. Os custos com pessoal e os gastos gerais administrativos registaram uma ligeira redução face ao ano anterior. O resultado líquido do exercício cifrou-se em 5,1 milhões de euros.

Políticas de gestão dos riscos de actividade

No desenvolvimento da sua actividade, a sociedade cultiva uma postura geral de prudência e estabelece políticas para a gestão dos principais riscos em que incorre, merecendo uma atenção especial todos os que se relacionam com a salvaguarda dos patrimónios dos clientes. Assim, e por forma a minimizar o risco de contraparte, a sociedade cumpre com elevada diligência o dever de escolha e avaliação dos custodiantes do dinheiro e dos instrumentos financeiros. Para além disso, a sociedade estabeleceu um conjunto de políticas e procedimentos que visam reduzir o risco operacional e o risco dos sistemas de informação, e preservar a segurança dos dados, incluindo, designadamente, um plano de continuidade em caso de acidentes.

Outras informações

O Conselho de Administração não concedeu quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, é de referir que a sociedade não tinha, no final do exercício, quaisquer dívidas em mora à Segurança Social.

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício de 5.084.948,94 euros seja aplicado da seguinte forma:

- 508.495,00 euros para reserva legal;
- 4.576.453,94 euros para dividendos.

Notas finais

O Conselho de Administração pretende expressar o seu muito apreço aos Clientes da sociedade, pela confiança com que nos distinguiram. Pretende também agradecer ao Banco de Portugal, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e ao Fiscal Único, pelo permanente acompanhamento dado à gestão da sociedade. A finalizar, pretende ainda testemunhar o seu reconhecimento ao corpo de colaboradores que, com o seu entusiasmo e profissionalismo, contribuíram de forma determinante para a afirmação do projecto da sociedade.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2012

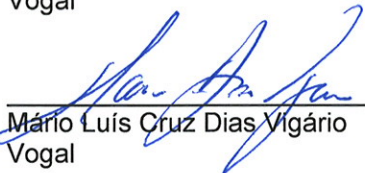
O Conselho de Administração



João Carlos Peça Nunes da Fonseca
Presidente



António Manuel Baptista dos Santos Almeida
Vogal



Mário Luís Cruz Dias Vigário
Vogal

Participações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

(N.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

	<u>N.º de acções detidas em 31.12.2010</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>N.º de acções detidas em 31.12.2011</u>
João Carlos Peça Nunes da Fonseca	0	-	-	0
António Manuel Baptista dos Santos Almeida	0	-	-	0
Mário Luís Cruz Dias Vigário	0	-	-	0
Patrício, Moreira Valente & Associados, SROC				
- Carlos de Jesus Pinto de Carvalho	0	-		0
José Carlos Nogueira Faria e Matos	0	-		0

Lista de accionistas

(N.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

	<u>N.º de acções detidas em 31.12.2011</u>
Atrium Investimentos - SGPS, SA	974.463
Acções próprias	<u>94.711</u>
Total	1.069.174

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO (NCA)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

		31.12.2011		31.12.2010	
	Notas	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		2.509,12	0,00	2.509,12	2.201,19
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	16.476.551,82	0,00	16.476.551,82	60.035.280,81
Activos financeiros detidos para negociação	3	9.764.072,34	0,00	9.764.072,34	7.572.447,63
Aplicações em instituições de crédito	4	336.000,00	0,00	336.000,00	0,00
Investimentos detidos até à maturidade	5	102.550,77	26.506,36	76.044,41	69.539,98
Outros activos tangíveis	6	464.986,94	359.063,26	105.923,68	151.395,60
Activos intangíveis	7	206.822,95	201.164,81	5.658,14	6.331,23
Outros activos	8,11	17.844.129,95	0,00	17.844.129,95	31.672.041,80
Total de Activo		45.197.623,89	586.734,43	44.610.889,46	99.509.238,24
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
Passivos financeiros detidos para negociação	9			142.222,39	0,00
Recursos de outras instituições de crédito	10			136.566,51	457.405,67
Provisões	11			1.555,40	22.021,98
Outros passivos	12			32.376.055,28	85.173.119,60
Total de Passivo				32.656.399,58	85.652.547,25
Capital	13			3.742.109,00	3.742.109,00
Prémios de emissão	13			3.176,16	3.176,16
Acções próprias	13			-3.566.698,54	-3.566.698,54
Outras reservas e resultados transitados	13			6.690.954,32	5.914.603,32
Resultado do exercício	13			5.084.948,94	7.763.501,05
Total de Capital				11.954.489,88	13.856.690,99
Total de Passivo + Capital				44.610.889,46	99.509.238,24

A Técnica Oficial de Contas

Audree Melo de Mata

O Conselho de Administração

[Assinatura]
A. Aguiar
[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (NCA)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2011	31.12.2010
Juros e rendimentos similares	14	122.485,23	166.986,72
Juros e encargos similares	14	-10.720,06	-1.094,94
Margem financeira		111.765,17	165.891,78
Rendimentos de serviços e comissões	15	10.334.533,28	14.232.410,40
Encargos com serviços e comissões	15	-383.247,29	-620.362,79
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	16	-367.677,12	-121.516,84
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	17	0,00	-120.605,65
Resultados de reavaliação cambial		76.607,31	57.809,05
Outros resultados de exploração	18	-172.701,08	150.924,23
Produto bancário		9.599.280,27	13.744.550,18
Custos com pessoal	19	-1.031.266,01	-1.034.311,68
Gastos gerais administrativos	20	-1.475.980,91	-1.524.226,02
Amortizações do exercício	6,7	-65.768,09	-50.848,70
Provisões líquidas de reposições e anulações		20.466,58	-20.728,35
Correcções valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		149.140,46	-152.417,40
Imparidade de outros activos financeiros Líquida de reversões e recuperações		-21.348,45	-5.157,91
Resultado antes de impostos		7.174.523,85	10.956.860,12
Impostos Correntes	21	-2.089.574,91	-3.193.359,07
Resultado após impostos		5.084.948,94	7.763.501,05
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		5.084.948,94	7.763.501,05

A Técnica Oficial de Contas

Audree Melo da Mata

O Conselho de Administração

António Almeida
António Almeida

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS **PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010**

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Ações próprias	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Capital Próprio
Saldos em 31.12.2009	3.742.109,00	3.176,16	-3.566.698,54	1.746.560,00	3.567.812,69	0,00	5.998.230,63	11.491.189,94
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	599.824,00	5.398.406,63	-	-5.998.230,63	0,00
Distribuição de dividendos / reservas	-	-	-	-	-5.398.000,00	-	-	-5.398.000,00
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra / alienação de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	7.763.501,05	7.763.501,05
Saldos em 31.12.2010	<u>3.742.109,00</u>	<u>3.176,16</u>	<u>-3.566.698,54</u>	<u>2.346.384,00</u>	<u>3.568.219,32</u>	<u>0,00</u>	<u>7.763.501,05</u>	<u>13.856.690,99</u>
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	776.351,00	6.987.150,05	-	-7.763.501,05	0,00
Distribuição de dividendos / reservas	-	-	-	-	-6.987.150,05	-	-	-6.987.150,05
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra / alienação de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	5.084.948,94	5.084.948,94
Saldos em 31.12.2011	<u>3.742.109,00</u>	<u>3.176,16</u>	<u>-3.566.698,54</u>	<u>3.122.735,00</u>	<u>3.568.219,32</u>	<u>0,00</u>	<u>5.084.948,94</u>	<u>11.954.489,88</u>

A Técnica Oficial de Contas

Andree Melo de Mata

O Conselho de Administração

António de Sousa
Andree de

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A sociedade tem por objecto a compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros, bem como quaisquer outras operações que legalmente lhe sejam permitidas. A sua actividade encontra-se legalmente definida no Decreto-Lei n.º 262/2001, de 28 de Setembro, no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e no Código dos Valores Mobiliários.

A sociedade foi constituída em 1999, como sociedade corretora, com a designação de “Investimento Directo - Sociedade Corretora, S. A.”. Em 2000, foi transformada em sociedade financeira de corretagem, tendo adoptado a designação “Investimento Directo - Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.”, designação que em 2004 veio a ser alterada para “Atrium Investimentos - Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.”. Em 2005, teve lugar a fusão por incorporação da sociedade “Portfolio Managers - Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.” na “Atrium Investimentos - Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.”.

Nos termos da alínea a) do n.º 7 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 103/2007, de 3 de Abril, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, a sociedade está sujeita à supervisão em base consolidada com base na situação financeira da Atrium Investimentos – SGPS, S.A.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, através do disposto no Aviso n.º 1/2005, n.ºs 2.º e 3.º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com um conjunto de excepções, das quais a única relevante no caso da sociedade é a eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

1.2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:

a) Especialização dos exercícios

Os gastos e os rendimentos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os mesmos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, sendo registados por contrapartida das correspondentes contas de regularização.

b) Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são feitas de acordo com as taxas máximas definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, em regime de duodécimos.

De acordo com o artigo 33.º do Código do IRC, as depreciações dos elementos do activo, adquiridos a partir de dia 1 de Janeiro de 2010, cujo custo unitário não ultrapasse 1.000 euros são efectuadas na totalidade no período da respectiva aquisição.

c) Activos financeiros detidos para negociação

São considerados activos financeiros detidos para negociação aqueles que são adquiridos com a principal finalidade de venda num prazo muito próximo. Os títulos de rendimento variável são valorizados à cotação de mercado.

d) Investimentos detidos até à maturidade

São considerados investimentos detidos até à maturidade os activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinada, relativamente aos quais exista intenção e capacidade de deter até ao vencimento.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença entre o valor de aquisição e o valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto apurado no momento da compra, é diferida e reconhecida

em resultados de forma escalonada no período que decorre entre a data da compra e a data de vencimento. Os juros decorridos são reconhecidos como proveitos.

e) Moeda estrangeira

Os elementos contidos nas demonstrações financeiras que estejam ou tenham estado na sua origem expressos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda nacional, o euro, tendo por base as taxas de câmbio de fecho nos dias das transacções e no último dia de cada mês. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

f) Provisões para riscos de crédito e risco-país

As provisões foram constituídas de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e incluem:

- Uma provisão específica para crédito e juros vencidos, apresentada como dedução às respectivas rubricas do activo, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 1% e 100% sobre os saldos de crédito e juro vencidos, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias;
- Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, evidenciada no passivo, na rubrica “Provisões para riscos gerais de crédito”, correspondente a 1% do total do crédito não vencido concedido pela sociedade, incluindo o representado por garantias;
- Uma provisão para risco-país calculada de acordo com a lista da classificação dos países e territórios segundo o grau de risco.

g) Valores mobiliários de clientes recebidos em depósito

Os valores mobiliários dos clientes recebidos em depósito encontram-se registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor de cotação.

h) Impostos sobre lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados pode englobar os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Disponibilidades em instituições de crédito		
Por conta de clientes		
Caixa Geral de Depósitos	654.222,58	1.685.395,95
Banco BPI	532.292,94	3.170.565,62
Deutsche Bank	3.401.408,80	44.601.750,25
Newedge Group (UK Branch)	0,00	6.524.440,61
Newedge UK Financial Limited	20.959,51	0,00
BNP Paribas Securities Services	3.506.507,82	3.738.927,10
HSBC Bank Plc	5.516.333,08	0,00
Banco Santander SA	1.894.246,09	0,00
Outros	16,22	1,88
Por conta própria	943.269,30	309.974,74
Juros a receber	7.295,48	4.224,66
	<u>16.476.551,82</u>	<u>60.035.280,81</u>

3. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Natureza e espécie	31.12.2011		
	Cotação	Quantidade	Balanço
Títulos			
Emitidos por residentes			
Instrumentos de dívida			
De outros residentes			
Dívida não subordinada			
CGD 5,125% 02/2014	90,04%	350.000,000	315.136,50
REN 6,375% 12/2013	90,13%	100.000,000	90.132,00
Instrumentos de capital			
Unidades de participação			
Logística e Distribuição - FII	5,97	3,000	17,91
Vision Escritórios - FII	4,20	653,000	2.743,78
Emitidos por não residentes			
Instrumentos de dívida			
De emissores públicos estrangeiros			
Hellenic Republic 4,5% 20/05/14	24,41%	172.040,680	42.000,29
Hellenic Republic 4,5% 20/09/37	22,00%	186.000,000	40.920,00
Irish Government 5% 18/10/2020	80,15%	8.845,000	7.089,53
Instrumentos de capital			
Unidades de participação			
Atrium Portfolio SICAV - Quadrant EUR A	991,95	1.001,912	993.846,12
Atrium Portfolio SICAV - Sextant EUR A	971,91	1.018,585	989.972,75
Azimuth Fund Limited € - Series May/09	1.022,71	388,034	396.848,00
BNP Paribas InstiCash EUR	116,49	12.852,334	1.497.109,25
BlueBay Investment Grade Bond Fund	136,20	155,502	21.179,37
Deka GeldmarktGarant	5.687,28	262,566	1.493.286,30
DWS Euro Money Plus	13.979,86	101,526	1.419.313,71
Gems Low Volatility € Reserve	866,00	0,614	531,29
Gems Recovery EUR Reserve	1.171,48	4,528	5.304,58
Iceberg Alternative Real Estate	1.319,76	0,889	1.173,40
La Fayette Holdings SP - EUR A Shares	40,41	89,117	3.600,82
Latitude Fund Limited € - Series Jan/11	775,80	500,000	387.902,20
Parvest Short Term EUR	208,81	7.211,219	1.505.760,22
Preff Class D	82,90	851,110	70.557,04
Sel. ARV MC C 2009 €	109,66	349,8564	29.646,82
SISF Euro Liquidity	120,86	3723,32	450.000,46
Total			<u>9.764.072,34</u>

No quadro seguinte, compara-se o valor por que estão contabilizados os “Activos financeiros detidos para negociação” com o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição.

Activos	31.12.2011		
	Valorização		
	Contabilístico	Aquisição	Diferença
CGD 5,125% 02/2014	315.136,50	357.394,10	-42.257,60
REN Float 12/2013	90.132,00	103.510,00	-13.378,00
Logistica Distribuição	17,91	16,14	1,77
Vision Escritórios - FI Imobiliário	2.743,78	2.951,30	-207,52
Hellenic Republic 4,5% 20/05/14	42.000,29	58.356,71	-16.356,42
Hellenic Republic 4,5% 20/09/37	40.920,00	55.858,48	-14.938,48
Irish Government 5% 18/10/2020	7.089,53	6.990,11	99,42
Atrium Portfolio SICAV - Quadrant EUR A	993.846,12	980.712,88	13.133,24
Atrium Portfolio SICAV - Sextant EUR A	989.972,75	1.012.712,64	-22.739,89
Azimuth Fund Limited € - Series May/09	396.848,00	388.334,13	8.513,87
BNP Paribas InstiCash EUR	1.497.109,25	1.495.159,63	1.949,62
BlueBay Investment Grade Bond Fund	21.179,37	21.632,80	-453,43
Deka GeldmarktGarant	1.493.286,30	1.488.416,28	4.870,02
DWS Euro Money Plus	1.419.313,71	1.414.948,50	4.365,21
Gems Low Volatility € Reserve	531,29	740,30	-209,01
Gems Recovery EUR Reserve	5.304,58	6.260,28	-955,70
Iceberg Alternative Real Estate	1.173,40	1.670,60	-497,20
La Fayette Holdings SP - EUR A Shares	3.600,82	3.048,51	552,31
Latitude Fund Limited € - Series Jan/11	387.902,20	500.000,00	-112.097,80
Parvest Short Term EUR	1.505.760,22	1.502.087,44	3.672,78
Preff Class D	70.557,04	81.709,13	-11.152,09
Sel. ARV MC C 2009 €	29.646,82	34.397,00	-4.750,18
SISF Euro Liquidity	450.000,46	450.000,00	0,46
	<u>9.764.072,34</u>	<u>9.966.906,96</u>	<u>-202.834,62</u>

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A sociedade detinha depósitos a prazo em Instituições de crédito no país por conta de clientes, com maturidade até um ano de 336.000,00 euros.

5. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Natureza e espécie	31.12.2011		
	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida			
De dívida pública			
Obrigações do Tesouro			
O.T. Setembro/2013 (OTEGOE)	87,00	22.600	23.052,22
O.T. Outubro/2016 (OTE6OE)	65,00	50.000	50.502,57
O.T. Junho/2019 (OTEMOE)	55,17	40.000	27.182,77
Juros a receber			1.813,21
			<u>102.550,77</u>

No quadro seguinte, compara-se o valor por que estão contabilizados os “Investimentos detidos até à maturidade” com o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no valor de mercado.

Activos	31.12.2011		
	Valorização		
	Contabilístico	Valor de Mercado	Diferença
OT Setembro/2013 (OTEGOE)	23.052,22	19.662,00	3.390,22
OT Outubro/2016 (OTE6OE)	50.502,57	32.500,00	18.002,57
O.T. Junho/2019 (OTEMOE)	27.182,77	22.069,20	5.113,57
Juros a receber	1.813,21	1.813,21	-
	<u>102.550,77</u>	<u>76.044,41</u>	<u>26.506,36</u>

Em 31 de Dezembro de 2011, a sociedade tinha compromissos, no montante de 113.601,43 euros, perante o Sistema de Indemnização aos Investidores. Esse valor estava parcialmente coberto por garantia real oferecida através da constituição de penhor sobre Obrigações do Tesouro que integram o saldo da conta “22 - Investimentos detidos até à maturidade” e cujo valor de balanço era de 60.437,95 euros.

6. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício de 2011, foram os seguintes:

	31.12.2010		Movimentos em 2011			31.12.2011
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências, abates e regulariz.	Valor líquido
Activos tangíveis:						
Obras em imóveis arrendados	53.025,34	26.971,94	0,00	6.456,95	-0,11	19.596,34
Equipamento	442.661,63	317.319,46	25.107,30	56.271,44	-7.850,69	86.327,34
Outros activos tangíveis	1.686,43	1.686,40	0,00	0,00	-0,03	0,00
TOTAIS	<u>497.373,40</u>	<u>345.977,80</u>	<u>25.107,30</u>	<u>62.728,39</u>	<u>-7.850,83</u>	<u>105.923,68</u>

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício de 2011, foram os seguintes:

	31.12.2010		Movimentos em 2011			31.12.2011
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências, abates e regulariz.	Valor líquido
Activos intangíveis:						
Desp. de estabelecimento	12.751,27	12.751,27	0,00	0,00	0,00	0,00
Sistemas tratamento automático de dados	200.011,63	195.413,38	2.438,93	2.857,79	-72,35	4.107,04
Outras	3.364,92	2.711,63	0,00	181,91	0,03	471,41
Activos intangíveis em curso	1.079,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.079,69
TOTAIS	<u>217.207,51</u>	<u>210.876,28</u>	<u>2.438,93</u>	<u>3.039,70</u>	<u>-72,32</u>	<u>5.658,14</u>

8. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos	168.876,38	2.207.486,77
Devedores por operações sobre futuros e opções	8.810.373,05	11.390.685,69
Sector público administrativo	1.578,96	0,00
Crédito e juros vencidos	0,00	5.812,72
Rendimentos a receber		
De serviços prestados	2.424.944,16	5.618.457,63
De outros rendimentos	23.113,51	17.412,77
Operações de bolsa a regularizar	751.343,23	1.495,41
Operações fora de bolsa a regularizar	3.425.595,10	8.479.500,01
Operações activas a regularizar	1.379,12	2.157.915,86
Outras operações a regularizar	2.190.737,00	1.876.516,49
Despesas com encargo diferido	46.189,44	71.702,07
Imparidade acumulada s/ crédito e juros vencidos	0,00	-5.805,55
Provisões para risco país	0,00	-149.138,07
	<u>17.844.129,95</u>	<u>31.672.041,80</u>

Os saldos de “Devedores por operações sobre futuros e opções” representam o valor das margens iniciais em posições abertas em derivados.

Os saldos de “Rendimentos a receber - De serviços prestados” representam essencialmente comissões de administração de valores que são recebidas dos clientes após o final do exercício a que se referem.

Os saldos de “Operações de bolsa a regularizar” e “Operações fora de bolsa a regularizar” representam valores a receber relativos a operações sobre valores mobiliários já havidas mas em que ainda não ocorreu a respectiva liquidação financeira. Os saldos de “Operações activas a regularizar” referem-se, essencialmente, ao pagamento antecipado de subscrições de fundos de investimento de que ainda não se recebeu a respectiva nota de execução (ver nota 12).

Os saldos de “Outras operações a regularizar” referem-se a pagamentos por conta de IRC e pagamentos adicionais por conta da Derrama Estadual do exercício de 2011.

9. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2011 a sociedade tinha comprado a prazo ("forward EUR/USD") 1.500.000,00 euros, com justo valor negativo de 142.222,39 euros.

10. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	136.483,89	457.405,67
Encargos a pagar		
Juros de recursos de outras instituições de crédito	82,62	0,00
Totais	<u>136.566,51</u>	<u>457.405,67</u>

11. PROVISÕES

Os saldos das contas de provisões têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Provisões		
Para crédito vencido	0,00	5.805,55
Para riscos gerais de crédito	1.555,40	22.021,98
Para risco-país	0,00	149.138,07
Totais	<u>1.555,40</u>	<u>176.965,60</u>

12. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros e opções	9.482.129,53	24.439.401,64
Credores por operações sobre valores mobiliários	14.426.810,95	43.960.830,30
Credores por operações de aplicações a prazo	336.000,00	0,00
Sector Público Administrativo	105.324,31	121.448,97
Remunerações a pagar	27.749,51	427,96
Consultores, Assessores e Intermediários	450,20	199,20
Fornecedores de serviços e bens	853.576,16	541.076,19
Outros	1.094,76	0,00
Operações de bolsa a regularizar	116.920,50	10.074,39
Operações fora de bolsa a regularizar	4.491.296,49	8.470.955,56
Operações passivas a regularizar	32.339,70	4.030.320,96
Outras operações a regularizar	2.088.783,44	3.193.502,65
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal	221.829,06	236.865,83
Por gastos gerais administrativos	188.444,99	164.917,90
Outros	3.305,68	3.098,05
	<u>32.376.055,28</u>	<u>85.173.119,60</u>

Os saldos de “Credores por operações sobre futuros e opções” e “Credores por operações sobre valores mobiliários” representam os recursos de clientes depositados junto da sociedade para realizar operações nos mercados a prazo e nos mercados a contado, respectivamente.

Os saldos de “Operações de Bolsa a regularizar” e “Operações Fora de Bolsa a regularizar” representam valores a pagar relativos a operações sobre valores mobiliários já havidas mas em que ainda não ocorreu a respectiva liquidação financeira. Os saldos de “Operações passivas a regularizar” referem-se, essencialmente, ao pagamento antecipado de subscrições de fundos de investimento de que ainda não se recebeu a respectiva nota de execução (ver nota 8).

Os saldos de “Outras operações a regularizar” incluem a estimativa de imposto sobre o rendimento a pagar (ver nota 21).

13. CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Capital	3.742.109,00	3.742.109,00
Prémios de emissão	3.176,16	3.176,16
Acções Próprias	-3.566.698,54	-3.566.698,54
Reserva Legal	3.122.735,00	2.346.384,00
Outras reservas		
Indisponível	3.566.698,54	3.566.698,54
Reservas livres	1.520,78	1.520,78
Resultado líquido do exercício	5.084.948,94	7.763.501,05
	<u>11.954.489,88</u>	<u>13.856.690,99</u>

O capital da sociedade é representado por 1.069.174 acções nominativas com o valor nominal unitário de 3,50 euros. Em 31 de Dezembro de 2011 a sociedade detinha 94.711 acções próprias.

As acções próprias são registadas pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos valias realizadas na venda de acções próprias, são registadas em contas de capital não afectando o resultado do exercício.

Em Maio a sociedade distribuiu reservas livres no valor de 6.987.150,05 euros.

14. JUROS, RENDIMENTOS SIMILARES E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Juros e rendimentos similares		
De disponibilidades sobre Inst. de crédito no país	5.531,14	20.889,34
De disponibilidades sobre Inst. de crédito no estrangeiro	53.652,95	57.384,17
Outros activos financeiros	63.301,14	88.713,21
	<u>122.485,23</u>	<u>166.986,72</u>
Juros e encargos similares		
De recursos Instituições crédito no país	-45,09	-21,57
De recursos Instituições crédito no estrangeiro	-10.674,97	-1.073,37
	<u>-10.720,06</u>	<u>-1.094,94</u>

15. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços prestados		
Administração de valores	6.802.581,20	10.126.323,02
Comissões de constituição de fundos	62.100,24	86.553,53
Consultadoria	37.950,00	9.075,00
Outros	108.273,62	78.487,70
Por op. realizadas p/ conta terceiros		
Operações em bolsa	67.528,99	424.831,37
Operações fora de bolsa	644.653,37	300.942,18
Operações sobre derivados	2.611.445,86	3.206.197,60
	<u>10.334.533,28</u>	<u>14.232.410,40</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	-118.835,35	-99.136,20
Por operações realizadas por terceiros	-253.409,08	-506.556,11
Comissões de constituição de fundos	-11.002,86	-14.670,48
	<u>-383.247,29</u>	<u>-620.362,79</u>

Os rendimentos de administração de valores referem-se a comissões de gestão de carteiras de clientes. Os rendimentos por operações realizadas por conta de terceiros representam comissões de intermediação de instrumentos financeiros por conta de clientes.

16. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	1.090.269,01	798.495,25
Instrumentos derivados	1.543.724,34	951.964,52
Perdas em activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	-1.398.113,35	-894.377,78
Instrumentos derivados	-1.603.557,12	-977.598,83
	<u>-367.677,12</u>	<u>-121.516,84</u>

17. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de Capital		
APMI - Atrium Portfolio Management and Investment, S.A.	0,00	-120.605,65
	<u>0,00</u>	<u>-120.605,65</u>

18. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Descontos obtidos	4.611,55	2.178,31
Rendimentos de exercícios anteriores		
Gastos gerais administrativos	10.528,63	0,00
Comissões recebidas	68.035,30	388.220,77
Outros	4.344,48	20.287,31
Outros	25.527,36	50.099,23
	<u>113.047,32</u>	<u>460.785,62</u>
Outros encargos e gastos operacionais		
Encargos de exercícios anteriores	-802,48	-4.185,26
Donativos	-34.500,00	-46.608,80
Contribuições p/ Sistema Indemnização Investidores	-59.044,40	0,00
Outros	-51.632,44	-122.508,57
Outros impostos		
Taxas de supervisão	-139.353,34	-136.346,21
Outros	-415,74	-212,55
	<u>-285.748,40</u>	<u>-309.861,39</u>
TOTAL	<u>-172.701,08</u>	<u>150.924,23</u>

A rubrica “Comissões recebidas” refere-se, essencialmente, a comissões de gestão referentes ao exercício anterior.

19. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Remuneração órgãos de gestão e fiscalização	-184.594,70	-189.165,21
Remuneração de empregados	-644.672,91	-654.972,58
Encargos sociais obrigatórios	-164.555,21	-161.275,28
Outros custos com Pessoal	-37.443,19	-28.898,61
	<u>-1.031.266,01</u>	<u>-1.034.311,68</u>

20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2011	31.12.2010
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	-40.696,72	-47.704,49
Outros fornecimentos de terceiros	-17.336,24	-16.425,22
Com serviços		
Rendas de instalações	-113.526,00	-113.256,00
Aluguer de equipamento	-147.267,24	-172.493,08
Comunicações	-47.706,72	-56.595,73
Deslocações, estadas e representação	-130.650,89	-105.207,58
Publicidade e edição de publicações	-23.838,04	-22.486,67
Conservação e reparação	-11.063,95	-10.794,78
Formação de pessoal	-6.368,50	-6.973,57
Seguros	-16.399,87	-13.178,15
Serviços especializados		
Avenças e honorários	-121.948,76	-177.572,36
Judiciais, contencioso e notariado	-35.335,09	-32.327,60
Informática	-76.363,74	-84.921,24
Limpeza	-7.552,67	-8.085,36
Informações	-72.736,27	-74.557,33
Outros serviços especializados	-19.573,20	-7.159,20
Outros serviços de terceiros		
Estacionamentos e portagens	-21.135,45	-27.303,93
Consultoria financeira	-543.790,62	-499.932,03
Outros	-22.690,94	-47.251,70
	<u>-1.475.980,91</u>	<u>-1.524.226,02</u>

21. IMPOSTOS CORRENTES

Sobre o lucro do exercício incide IRC às taxas em vigor, uma taxa municipal, a derrama, à taxa de 1,5% e a taxa da derrama estadual de 2,5% sobre a matéria colectável superior a dois milhões de euros. Os encargos com viaturas ligeiras de passageiros, as ajudas de custo e as despesas de representação são tributados autonomamente de acordo com as taxas definidas nos termos do artigo 88.º do Código do IRC.

A carga fiscal imputada ao exercício foi de 2.089.574,91 euros. Os pagamentos por conta de IRC efectuados em 2011 foram de 2.190.737,00 euros.

Em 2008, a sociedade foi informada de que a Administração Fiscal indeferiu um pedido de transmissibilidade de prejuízos fiscais, na sequência da fusão com a "Portfolio Managers - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.". Não concordando com a decisão e respectiva argumentação da Administração Fiscal, nesse ano a sociedade contestou judicialmente.

22. OPERAÇÕES A PRAZO E ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

No quadro seguinte, indicam-se as posições em operações a prazo ainda não vencidas a 31.12.2011:

Contrato de Futuro	31.12.2011	
	Quantidade	
	Longa	Curta
DAX Index Future	0,02331	
DJ EuroStoxx50 Future		0,00573
DJIA Index Future	0,30548	
Euro Forex Currency Future	0,93113	
Euro/Swiss Franc Future		0,47350
H-Shares Index Future	0,22663	
Nikkei 225 Fut	0,38541	
Russel 2000 Mini Future		1,05077
S&P 500 Future	0,29521	

Para cobrir o risco de variação da taxa de câmbio inerente a elementos patrimoniais constantes do balanço e a receitas futuras com exposição económica ao Dólar americano, a sociedade comprou um Forward EUR/USD que liquida em Julho de 2012:

	Moeda	Valor em USD	Total valias em EUR
Currency Forwards			
EUR/USD € 1,500.000 @ 1,4168	USD	-2.125.200,00	-142.222,39

O montante global dos elementos do activo e o montante global dos elementos do passivo expressos em moeda estrangeira, convertidos em euros são, respectivamente, de 17.804.656,61 euros e 15.674.625,06 euros.

23. RELATO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

No quadro seguinte, apresentam-se elementos da demonstração de resultados ventilados por linhas de negócio.

31.12.2011				
(unidade: Milhares de Euro)				
Trading	Gestão de activos	Outros	Total	
Juros e rendimentos similares	63	59	122	
Juros e encargos similares		-11	-11	
Rendimentos de serviços e comissões	10.297	38	10.335	
Encargos com serviços e comissões	-382	-1	-383	
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-368		-368	
Resultados de reavaliação cambial	77		77	
Outros resultados de exploração	66	-239	-173	
PRODUTO BANCÁRIO	-228	9.981	-154	9.599

24. CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL

As contas anuais da sociedade vão ser consolidadas nas contas anuais da "Atrium Investimentos - SGPS, S.A.".

Lisboa, 14 de Fevereiro 2012

A Técnica Oficial de Contas
(TOC 51852)

Andree Melo de Mata

O Conselho de Administração

António Costa
Asserme de
San José

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

ATRIUM INVESTIMENTOS – SOCIEDADE FINANCEIRA DE CORRETAGEM, SA

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO
(documento elaborado nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011)

A. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O NÚMERO 3. DO ARTIGO 2.º E O ARTIGO 3.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

- a) O alinhamento dos interesses dos membros do Conselho de Administração com os interesses da sociedade decorre do facto de os administradores deterem participações económicas significativas no capital da sociedade. Com efeito, cada um dos três administradores executivos detém uma participação de 13,2% e, em conjunto, os administradores detêm uma participação de 39,6%. Esta participação dos administradores faz depender o seu rendimento total da gestão prudente dos riscos da actividade, da riqueza criada para os accionistas, e da sustentabilidade da sociedade a prazo, e assegura eficazmente o alinhamento dos seus interesses com os da sociedade.
- b) Para além do referido na alínea anterior, a componente variável da remuneração dos administradores é decidida pela Assembleia Geral e depende do desempenho individual e do desempenho da sociedade como um todo. A componente variável da remuneração deve ser inferior a 20% da remuneração total.
- c) Não há planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções por parte de membros do Conselho de Administração ou do Fiscal Único.
- d) A componente variável da remuneração é determinada e paga em cada ano.
- e) A remuneração variável só deve ter lugar se for sustentável à luz da situação financeira da instituição, e se se justificar à luz do desempenho do administrador em causa. O total da remuneração variável deve de um modo geral ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.

B. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O N.º 1 E O N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 10/2011

Na interpretação da informação que se apresenta a seguir, é importante ter presente que cada um dos três administradores detém uma participação de 13,2% no capital da sociedade. Tal incentiva a gestão prudente dos riscos da actividade, a criação de riqueza e a sustentabilidade de longo prazo da instituição, de uma forma mais eficaz que, por exemplo, a atribuição de remunerações variáveis, participações nos resultados ou planos de opções.

Remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

- a) A definição da política de remuneração cabe à Assembleia Geral.
- b) A componente variável da remuneração consiste numa gratificação extraordinária, com periodicidade anual, paga de uma só vez, sem diferimento.

- c) O alinhamento dos interesses dos membros do Conselho de Administração com os interesses da sociedade decorre do facto de deterem participações económicas muito significativas no capital da sociedade.

Remuneração dos membros executivos do órgão de administração

- a) A avaliação de desempenho dos administradores executivos cabe à Assembleia Geral.
- b) A avaliação de desempenho dos administradores executivos considera, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos clientes e dos investidores, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.
- c) A componente variável da remuneração deve ser inferior a 20% da remuneração total.
- d) A componente variável da remuneração é paga nos primeiros meses de cada ano.
- e) O pagamento da componente variável da remuneração variável não está sujeito a diferimento para além do referido na alínea anterior.
- f) Não é atribuída remuneração variável em acções.
- g) Não é atribuída remuneração variável em opções.
- h) Não são atribuídos prémios anuais para além do referido na alínea c) nem outros benefícios não pecuniários.
- i) Não é paga remuneração sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémio.
- j) Não foram pagas nem são devidas indemnizações a ex-membros do Conselho de administração relativamente à cessação das suas funções.
- k) Não há limitações contratuais para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do administrador.
- l) Não foram pagos montantes a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.
- m) Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.
- n) Não houve benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não referidos nas alíneas anteriores.
- o) Não existem mecanismos que impeçam a utilização pelos membros do órgão de administração de seguros de remuneração ou responsabilidade, ou quaisquer outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às suas modalidades de remuneração.

C. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O N.º 3 DO ARTIGO 16.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 10/2011

- A definição da política de remuneração cabe à Assembleia Geral.
- A componente variável da remuneração consiste numa gratificação extraordinária, com periodicidade anual, paga de uma só vez, sem diferimento

- A remuneração inclui uma componente variável cujo valor global depende do resultado do exercício.
- A avaliação de desempenho individual cabe ao Conselho de Administração.
- A definição do valor individual da remuneração variável resulta de uma avaliação de desempenho que atende não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho colectivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, e inclui critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à actividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com clientes e investidores.
- A componente variável da remuneração deve ser inferior a 33% da remuneração total.
- A componente variável da remuneração é paga em dinheiro, de uma só vez, nos primeiros meses do ano seguinte àquele a que respeita.
- Não é atribuída remuneração variável em opções.
- Não são atribuídos prémios anuais para além da remuneração variável referida acima, nem outros benefícios não pecuniários;

D. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 17.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 10/2011

Montante anual das componentes fixa e variável da remuneração em 2011
(Euros)

Beneficiário	Função	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração total
João Carlos Peça Nunes da Fonseca	Presidente do Conselho de Administração	54.600,00	7.000,00	61.600,00
António Manuel Baptista dos Santos Almeida	Vogal do Conselho de Administração	54.600,00	7.000,00	61.600,00
Mário Luís Cruz Dias Vigário	Vogal do Conselho de Administração	54.600,00	7.000,00	61.600,00
Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC	Fiscal Único	8.000,00	-	8.000,00
José Carlos Faria e Matos (ROC)	Suplente do Fiscal único	-	-	-
Outros colaboradores (19 beneficiários)	--	533.609,91	92.000,00	625.609,91
Totais		705.409,91	113.000,00	818.409,91

Notas:

- A remuneração variável é integralmente pecuniária, não havendo remuneração em forma de acções, instrumentos share-linked e outros tipos. Toda a remuneração foi paga, não havendo remuneração diferida.

- Número de novas contratações efectuadas no ano: 1.
- Não houve pagamentos efectuados ou devidos em virtude da rescisão antecipada do contrato de trabalho com colaboradores.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2012
Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

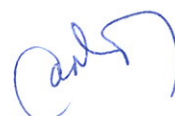
1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Atrium Investimentos – Sociedade Financeira de Corretagem, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de balanço de 44.610.890 euros e um total de capital próprio de 11.954.490 euros, incluindo um resultado líquido de 5.084.949 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Atrium Investimentos – Sociedade Financeira de Corretagem, SA**, em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005 de 21 de Fevereiro de 2005.

RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Lisboa, 30 de Março de 2012



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC

Sede: Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 LISBOA

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 PORTO

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da **Atrium Investimentos – Sociedade Financeira de Corretagem, SA**, durante o exercício de dois mil e onze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2011, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 30 de Março de 2012

O Fiscal Único



- PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)